

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO E EXPANSÃO DO BAIRRO EDILTON FERNANDES- MARCELINO VIEIRA-RN

*Adriana da Silva Dias*

Graduanda em Geografia pelo CGE/CAMEAM/UERN

[anairdagg@hotmail.com](mailto:anairdagg@hotmail.com)

*Cícero Nilton Moreira da Silva*

Professor Dndo. do CGE/CAMEAM/UERN

[Ciceroniltom@yahoo.com.br](mailto:Ciceroniltom@yahoo.com.br)

### Resumo:

O referido trabalho objetiva a realização de um estudo acerca do processo de formação do bairro Edilton Fernandes, município de Marcelino Vieira-RN, enfatizando quais os elementos responsáveis por essa crescente expansão, atuando na formação e transformação do espaço urbano: os agentes produtores do espaço (os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado). Para tanto é feita uma caracterização histórica no tocante às políticas públicas de habitação no Brasil, visto que essa contextualização torna-se necessária, uma vez que o bairro surge como intervenção do Programa habitacional da casa própria desenvolvida pelo Governo Federal (Conjuntos Populares). O referencial base para a realização deste estudo se deu sob suporte de autores que abordam a questão do urbano e seus múltiplos processos de formação e transformação, enfatizamos Souza (2008), Gomes (2000), Correa (2000, 2007), Santos (2005, 1998), Carlos (2005, 2011), dentre outros. Considerando que a ação dos agentes se dá de forma a reorganizar o espaço urbano a partir da incorporação de novas áreas, Corrêa (2000), o bairro vem a se consolidar como resultante desses processos e caracterizando-se como uma área em crescente expansão, tanto em relação à ação contínua do Estado, a partir da implantação de programas habitacionais, quanto em relação ao uso e ocupação do solo por iniciativa dos proprietários fundiários, na comercialização de residências por intermédio de financiamentos. Esse processo de expansão se dá também em virtude da atratividade da localidade, assim como pelos valores acessíveis imbuídos no móvel da localidade.

**Palavras-chave:** Espaço-urbano. Bairro. Expansão. Loteamento.

## THE PROCESS OF FORMATION AND EXPANSION OF THE EDILTON FERNANDES DISTRICT, IN MARCELINO VIEIRA – RN

### Abstract:

The main goal of this work is to study the process of formation of the Edilton Fernandes district, in Marcelino Vieira-RN, emphasizing which elements are responsible for this growing expansion, acting in the formation and transformation of urban space: the space producing agents (owners of the means of production, landowners, developers, the excluded social groups and the State). So, historical characterization is made in respect to public housing policy in Brazil, once this contextualization is necessary, since the district's intervention comes as the housing homeownership program developed by the Federal Government (Popular Assemblies). This study is based on works of authors who address the issue of the city and its multiple processes of formation and transformation, we emphasize Souza (2008), Gomes (2000), Correa (2000, 2007), Santos (2005), 1998), Carlos (2005, 2011), among others. Whereas the action of the agents are given in order to reorganize the urban space through the incorporation of new areas, Correa (2000), the district consolidates as a result

of these processes and characterizing as an area of significant expansion, both continuous action in relation to the State, since the implementation of housing programs, and in relation to the use and occupation of land on the initiative of landowners in the marketing of homes through loans. This expansion process also occurs because of the attractiveness of the town as well as the values imbued in mobile accessible location.

**Keywords:** Space-urban. District. Expansion. Allotment.

## 1 Introdução

Ao se analisar a questão urbana, verifica-se que alguns estudiosos do caso brasileiro, colocam que o país possui características predominantemente urbanas. Características estas de moldagens espaciais que vêm se intensificando em ritmo acelerado e por vezes de forma seletiva e desordenada. Diante de tal quadro, e com base nessa caracterização pertinente às pequenas, médias e grandes cidades, cabe levantarmos pressupostos de quais os elementos constituintes desse processo, como a discussão temática acerca da produção do espaço urbano.

Dentro do contexto histórico de formação e desenvolvimento das cidades, levando-se em consideração os aspectos morfológicos, socioeconômicos, políticos e sociais que engendram essa construção, destaca-se neste trabalho a problemática da expansão urbana; e ainda seus reflexos na produção do espaço urbano em Marcelino Vieira-RN.

A perspectiva de investigação ora assinalada, se deu a partir da necessidade e, principalmente, da curiosidade de analisar como ocorre o processo de produção do espaço, compreendendo quais os agentes que impulsionam essa (re) configuração urbana.

Ciente da atuação de elementos funcionais e/ou estruturais que fomentam essa espacialização, evidencia-se o fenômeno socioespacial da expansão urbana a partir da criação de novas áreas (bairros), constituindo-se como espaços de realização de múltiplas relações (afetivas, comerciais, residenciais). Tal assertiva compõe-se como justificativa desse trabalho. Para tanto, foi escolhido como objeto de estudo o Bairro Edilton Fernandes, no recorte espacial dos últimos 07 (sete) anos, período que marca o surgimento/construção das primeiras residências do bairro. O período é marcado pela intensificação das relações de expansão urbanas, através da dinâmica de ocupação e uso do solo na respectiva área.

Desse modo, o bairro se apresenta como resultante do processo de produção do espaço urbano, caracterizando-se como uma área do município em expansão, reflexo de ações políticas, econômicas e sociais, através da concretude de programas habitacionais, valores agregados ao solo e procura por este espaço vieirense para construções de residências. A partir dessa modelagem do urbano, buscou-se analisar como se dá a relação de expansão territorial, identificando como atuam os agentes sociais de produção do espaço. Para tanto, nos fundamentamos em Corrêa (2000, p.11), no tocante aos agentes de “reorganização espacial”.

Os mesmos, segundo o autor, atuam “via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana [...]”. Assim, é pertinente identificar se, na escala local, houve intervenção/ou não do Estado, dos proprietários dos meios de produção, dos grupos sociais excluídos e dos promotores imobiliários. Este último, na óptica capitalista de comercialização do solo urbano, se configurando como a “reprodução das relações de produção” como coloca Corrêa (2000, p.12).

Para fins de análise, se procurou identificar quais os elementos que atribuem valor comercial ao solo urbano local, fazendo com que a área correspondente ao atual Bairro Edilton Fernandes se tornasse procurada para a ação dos empreendedores imobiliários, gerando a construção de residências, comércios, e de entidades administrativas.

O bairro assume, a partir dessa conjuntura, uma caracterização peculiar em relação aos demais bairros municipais, mesmo não dispondo de serviços básicos de saneamento, infraestrutura, e atividades que promovam a reprodução pessoal do sujeito, aí caracterizado pela oferta de empregos ou atividades similares no âmbito em que este se situa. Como bem aponta Corrêa (2000), os novos espaços urbanos da sociedade capitalista são marcados intrinsecamente pela intensificação das áreas residenciais segregadas, diferentes dos espaços centrais. Assim, a dinâmica social cria e recria espaços historicamente moldados e por vezes diferenciados a partir de forças produtoras, mas não divergem temporariamente em relação as práticas de reorganização espacial.

Embasados na discussão de produção do espaço urbano e o viés de reprodução e/ou transformação do espaço, é que propomos o estudo acerca desse processo na formação e expansão do Bairro Edilton Fernandes. Para tanto, propõe-se um estudo sobre os agentes produtores do espaço, de forma a identificar a intensidade de atuação destes no local em estudo e, posteriormente a análise da área sob a perspectiva da expansão urbana, movida pela necessidade de produção e reprodução do capital em solo urbano.

A pesquisa acerca da temática do processo de formação e crescimento do Bairro Edilton Fernandes, em Marcelino Vieira-RN, tem como princípio norteador a base da leitura bibliográfica sobre autores que abordam a temática como Souza (2005, 2008), Gomes (2000), Correa (2000, 2007), Santos (2005, 1998), Carlos (2005, 2011) entre outros, que se debruçam e fomentam os estudos acerca da questão urbana, sob o viés de produção do espaço.

A obtenção dos dados é essencial e indispensável para a produção deste trabalho científico. Foram obtidas fotográficas do bairro, mapeamento da área, informações de caráter legal, fornecidos por órgãos municipais, como a Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira (PMMV); dados estes obtidos a partir de fontes primárias e secundárias. A partir das quais se realizou análises acerca da espacialização do bairro e, conseqüentemente, um levantamento dos principais elementos funcionais e/ou estruturais que possibilitaram o surgimento e crescimento dessa área de ramificação do espaço urbano.

O presente trabalho se encontra estruturado em quatro partes. Primeiramente faz-se um breve relato acerca de como se deu o surgimento e a evolução histórica da implantação de programas habitacionais para famílias de baixa renda no Brasil; visto que torna-se necessário essa abordagem, em virtude do bairro ter surgido a partir da implantação de uma política com este caráter. Na segunda parte se faz uma caracterização geo-histórica do município de Marcelino Vieira-RN e do *locus* de estudo. Em um terceiro momento, trabalha-se a abordagem teórica e conceitual sobre a produção do espaço urbano e sua respectiva expansão, a partir da intervenção e atuação dos agentes produtores do espaço. Por fim, uma quarta parte, onde se apresentam análise e discussão dos resultados.

## **2 Breve histórico sobre políticas habitacionais no brasil**

O período histórico denominado República Velha é marcado pelo liberalismo econômico, que centra as obrigações governamentais ao setor privado. Não havendo, dessa forma, nenhuma política por parte do Estado que privilegiasse a assistência à habitação, principalmente considerando que o Brasil era um país economicamente agroexportador.

A partir do desenvolvimento e crescimento das cidades em meados do século XX, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, devido ao grande fluxo migratório como coloca

Ferreira (2009), houve uma crescente valorização no setor imobiliário, centrado na época pela grande elevação no número de aluguéis, em lugares denominados Cortiços; os quais se caracterizavam pelos elevadíssimos preços cobrados. Por conseguinte, a maior parcela populacional era inquilina e não dispunham de nenhuma forma de investimento ou financiamento para a aquisição da casa própria. Ferreira (2009, p. 13) ainda aponta as Vilas Operárias como “os primeiros empreendimentos de grande porte no Brasil”. As Vilas eram uma forma de subsidiar os operários no âmbito habitacional. De forma a ofertá-los moradia a baixos custos. No entanto, muitas indústrias passaram a usar esse sistema como fonte de renda, cobrando valores acima do normal.

A partir da década de 1930, no Governo de Getúlio Vargas, surge uma nova classe social: as “massas populares urbanas”. Requerendo uma atenção do governo, que deveria dispor de formas que possibilitassem o bem estar dessa classe; o que incluía primordialmente a habitação básica. A sociedade brasileira nesse período também é marcada por um crescente aumento no índice populacional: de 41 milhões no ano de 1940, para 70 milhões de habitantes em 1960, segundo Bonduski apud Ferreira (2009, p.14). Surgem então problemas urbanos de diversas ordens, como a construção de residências precárias em áreas irregulares (população de menor poder aquisitivo, ou mesmo em condições de plena pauperização da vida humana), como as áreas de morros na cidade do Rio de Janeiro, os chamados “barracos”, que sucederam os cortiços. O Estado adota então medidas que possam melhorar as condições de vida da população, ou que pelo menos possam sanar as necessidades no tocante aos problemas habitacionais. Adotando no ano de 1942 o “decreto-lei do inquilinato”, o qual regulamentou como aponta Ferreira (2009) às relações locadores/inquilinos, e ainda criando as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPS), e por fim, a consolidação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946.

No entanto, a FCP não conseguiu se enraizar seguramente devido a falta de recursos próprios, que eram bastante limitados; a falta de apoio do Estado como financiador direto, tal qual havia sido proposto inicialmente na proposição do projeto. Outro agravante refere-se a proibição do IAPS de utilizar de seus recursos, resultando em um fracasso, após 20 anos de sua criação e consolidando na construção de 17 mil habitações. Não obstante, a FCP se consolidou como o primeiro órgão nacional a ofertar um programa de construção de casas populares às famílias de baixa renda. Acerca da FCP, Bonduski apud Ferreira (1999, p. 5) coloca que;

a casa popular tinha objetivos muito amplos, no entanto sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com órgãos e principalmente a ausência de ação coordenada para enfrentar o problema habitacional mostram que as intervenções da época estiveram muito distantes de construir uma política habitacional eficiente.

Após o golpe militar de 1964 foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), com intuito de diminuir o déficit habitacional proveniente do crescente processo de urbanização das cidades brasileiras. Segundo Ferreira (2009, p. 19), o SFH tinha dois objetivos: “O primeiro, era consolidar uma política de financiamento capaz de estruturar o setor de construção civil habitacional, e o segundo era aumentar o apoio da massa popular aos militares”.

Em 1964 com a criação do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) pela Lei 5.107 de 13/09 1966, houve um crescente investimento ao SFH. O FGTS tinha como meta o fim dos problemas trabalhistas, que se davam de forma intensa, tanto que muitas causas acabavam na justiça, sem a garantia dos direitos pagos ao trabalhador. Segundo Bonduski apud Ferreira (2009), ao longo dos 22 anos de existência do BNH, os resultados obtidos pelo

SFH, com as construções de habitações, foram bastante expressivas, atendendo as necessidades básicas de habitação da população.

No entanto, alguns pontos negativos são notórios nesse programa. Primeiro, no que condiz aos investimentos habitacionais. Eram direcionados apenas à construções do sistema formal de construção civil, não recorrendo aos processos alternativos, o que acabou por instigar um crescente aumento no número de favelas e vilas, o que Ferreira (2009) coloca como urbanização informal.

Ainda no período da ditadura militar (década de 1980) o BNH vivenciou um momento crítico devido o autoritarismo implantado; crise essa que acabou por ocasionar uma redução nos financiamentos habitacionais. Tanto para o setor de construção civil, quanto para as famílias de baixa renda; essa última que deixava muito a desejar quanto aos financiamentos, configurando-se por conjuntos em áreas periféricas e sem a prestação de serviços essenciais.

O BNH e o SFH assumem nova roupagem com o fim da ditadura militar em 1985, como programa habitacional brasileiro instigado pelas políticas do governo Sarney, mas, que acaba por extinguir o BNH em 1986, incorporado pela Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a gerenciar o FGTS e o SFH, de forma financiadora e regulamentadora de investimentos para o setor, bem como de fiscalizadora do SFH, como coloca Ferreira (2009).

No período de Governo do Presidente Collor (1990), por mais que tenham ocorrido mudanças no SFH, não houve resultados satisfatórios. O programa implantado na época foi o Plano de Ação Imediata de Habitação (PAIH), financiado pela CEF, que se consolidou por um grande número de construções, porém, em condições inadequadas, não dispendo de serviços de saneamento e infraestrutura. Com a sucessão do Governo de Itamar Franco, houve uma mudança significativa no setor habitacional. Foi criado o Ministério do Bem Estar Social (MBES), os programas Habitar-Brasil e Morar-Município, cada um direcionado ao porte do município.

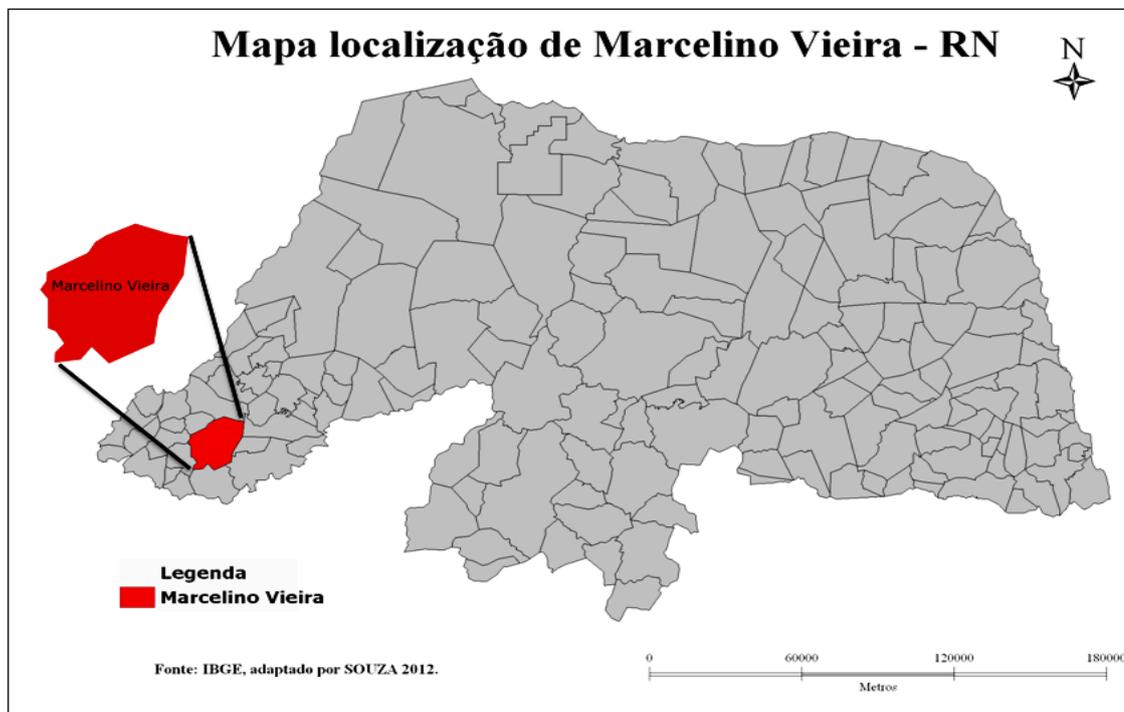
No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995) as políticas habitacionais de investimentos se davam a partir da utilização de recursos de origem do FGTS, subordinada à SEPURB (Secretaria de política urbana). Cabe citar programas que foram implantados nesse governo e se consolidaram ainda no governo do presidente sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Programas como: Carta de Crédito Individual; Carta de Crédito Associativa; Programa de Apoio à produção (direcionado ao setor privado) e o Programa de Ações Articuladas (PAR) que Ferreira (2009) coloca como um programa de arrendamento, que funciona a partir da utilização dos recursos do FGTS e provenientes de origem fiscal.

No entanto, o responsável financeiro de apoio à habitação acabou sendo a CEF, administrando o FGTS. Ainda assim, o problema habitacional brasileiro permanecia calcando os governos. Para tentar diminuir essa parcela negativa, foi criado o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), o qual dispunha de uma série de medidas voltadas ao excelentíssimo das políticas públicas habitacionais no Brasil. A partir de 2003, no Governo Lula, foi criado o Ministério das Cidades, que está incluso dentro da Política Nacional de Habitação-PNH. Assim, fazem parte desse programa, segundo o PNH de 2004, como coloca Ferreira (2009, p. 34) a “Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana”. A PNH conta ainda com a integração da Caixa, como financiadora.

### **3 Caracterização geo-histórica do município de Marcelino Vieira-RN.**

O município de Marcelino Vieira-RN está localizado na zona pertencente ao Sertão do Oeste do Estado do Rio Grande do Norte (**Figura 01**). O município faz limite a Leste com

Pilões, Antônio Martins e Alexandria, a Oeste com os municípios de José da Penha e Rafael Fernandes, a Norte com Pau dos Ferros e ao Sul com Tenente Ananias, dados obtidos em Wikipédia (2012). Segundo indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua área territorial corresponde a 346 Km<sup>2</sup>. A população estimada no último censo realizado em 2010 equivale a 8.265 habitantes, sendo deste total 4.894 h/b residentes na zona urbana e 3.371 h/b residentes na zona rural.



**Figura 01:** Localização do Município de Marcelino Vieira  
 Fonte: IBGE, adaptado por Souza (2012)

O povoamento do território de Marcelino Vieira, pertencente a Pau dos Ferros, se inicia nos fins do século XVII, tendo como elemento povoador pessoas de procedência dos vizinhos estados de Pernambuco e Paraíba, que viviam da tradicional prática de criação de gado, assim como coloca Neto (2007). No sêmen de sua criação, tinha como nome “Passagem do Freijó”, passando sucessivamente, ao longo dos anos, a ser chamado de Vitória ou ainda, povoado de Vitória, Distrito de Vitória, Vila de Vitória, pertencente ao município de Pau dos Ferros. O qual, segundo o decreto de Lei estadual nº 268, de 03 de dezembro de 1943 passa a ser chamado de Panatis, em virtude da existência de um povo indígena que vivia naquela região.

Antes de ser outorgado o nome de Marcelino Vieira, foi denominado de Passagem do Freijó, nome que fazia menção a uma árvore que servia de abrigo para viajantes, andantes e pessoas que vinculavam pela área onde havia a presença dessa árvore. O município se tornou politicamente independente de Pau dos Ferros em 03 de novembro de 1953, a partir do Decreto Lei 909/1953, assinado pelo então Governador Silvio Pedrosa.

O território que hoje é denominado Marcelino Vieira pertencia a Antônio Fernandes de Oliveira, grande latifundiário da época e então dono da Fazenda Vazinha. Neto (2007) ressalta ainda que, este teria doado parte de suas terras, o equivalente a 60 hectares, para a construção de uma capela em recompensa a uma graça alcançada. Na época, uma grande epidemia de Cólera atingiu a região. Não contando com serviços de saúde, o que era escasso no período denominado, o que veio a contar uma grande quantidade de óbitos. Assim, o senhor Antônio Fernandes de Oliveira teria recorrido à promessa de doação de parte de sua

terra à construção de uma capela em homenagem ao Santo Antônio, caso a epidemia não atingisse sua família. Promessa esta que teria vindo a cumprir.

Por influência da graça alcançada e não proliferação das doenças epidérmicas, Passagem do Freijó, assim como era chamado, passa a ter denominação de Vitória, nome este que em 1890 é elevado à categoria de “Distrito de Vitória”, e, em 1940 “Vila Vitória”. Em 1943 Vitória passa a receber o nome de “Panatis”, assim como era chamado os primeiros colonizadores daquela região. No entanto, ainda se prevalecia o desejo da independência política em relação à sede de Pau dos Ferros.

Essa emancipação se consolidou pelo decreto Nº. 909 de 24 de novembro de 1953, o qual consolida a liberdade política ao município de Marcelino Vieira, nome este que fazia menção a uma pessoa conhecida e respeitada pelos moradores da região e então deputado Marcelino Vieira da Costa, se tornando o primeiro prefeito do município. A formação do então município de Marcelino Vieira já se consolida como fruto do processo de produção do espaço, desde o surgimento das primeiras residências, que eram construídas nos arredores das fazendas. De forma que a população se organizava em torno de uma área que representava um *locus* de produção e reprodução do sujeito social. Nessa região próxima às suas casas se dava toda a relação de trabalho; ali representado basicamente por servir aos senhores donos das terras, e o comércio mais intensivo de obtenção de mercadorias e utensílios que ocorria na sede administrativa, a qual até 1953 se localizava no município de Pau dos Ferros.

Hoje, a economia do município se sobressai basicamente em virtude: dos beneficiários da previdência social (aposentados e pensionistas do INSS), o funcionalismo público municipal e alguns estabelecimentos comerciais que abastecem a cidade (não de forma exclusiva, pois as pessoas ainda buscam serviços de ofertas básicas na cidade de Pau dos Ferros, antiga sede municipal).

#### 4 A produção do espaço urbano

O conceito de urbano vem sendo trabalhado, ao longo dos anos, na ciência geográfica por uma série de autores que buscam analisar, compreender e justificar, cientificamente, como se dão as relações do espaço em construção, mudanças e crescimento. Para tanto, cabe definirmos, como aporte teórico, um conceito do que seria o espaço urbano. Nesse sentido, reportando Corrêa (2000, p. 6), acerca do espaço urbano,

[...] O espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm dele e de suas partes [...]. Por outro lado ainda, o espaço urbano como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito.

Portanto, o espaço urbano vai se caracterizar por sua articulação de objetos e ações que se moldam dentro de um espaço amplo e articulado. Ainda, segundo Corrêa (2000), o espaço urbano é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, ou seja, suas partes individualmente se relacionam e se articulam com as demais, com tal variância de intensidade. É a partir dessa articulação que o processo de produção do espaço se intensifica e condiciona as relações sociais e, da mesma forma, é onde se reproduzem as diferentes classes sociais. Dessa maneira, o espaço da cidade se caracteriza como um reflexo dos condicionantes sociais, representado por um conjunto de símbolos e campo de lutas. Santos (1998) coloca que a produção de diferentes espaços se dá a partir da interação de forças materiais e imateriais, e que o homem atua constantemente como agente de produção do espaço através

de suas ações. Brasil (2010) coloca que o espaço atua como reflexo das atividades humanas, de forma que este é produzido socialmente. A cidade como um todo apresenta uma heterogeneidade quanto a seus aspectos condicionantes. Souza (2008, p.64) afirma que “[...] qualquer cidade apresenta diferentes tipos de espaços, de acordo com a atividade predominante. Em áreas [...] predomina claramente o uso residencial [...] Já em alguns espaços concentra-se o comércio e os serviços [...]”.

A produção do espaço urbano acaba por refletir uma diferenciação sócio espacial no tocante à produção da cidade, como aponta Sposito (2011, p. 127), “[...] temos a conformação de diferentes sistemas urbanos, compostos por relações entre várias redes urbanas, sistemas esses estruturados e articulados em escalas geográficas (e não cartográficas) de diversas dimensões e importâncias”.

Os espaços urbanos possuem sua essência diante das atribuições e características atreladas a cada espaço. Serpa (2011) coloca que os espaços nunca são homogêneos, havendo entre as diferentes escalas uma hierarquia entre os lugares.

Os lugares, aqui representados pela produção do espaço urbano, caracterizam-se primordialmente pela ação dos agentes produtores do espaço. Representam, entretanto, como aponta Serpa (2011, p. 100) “reflexo e condição para a produção das relações sociais, políticas, culturais e econômicas [...] possibilitando sempre dialetizar a relação sociedade-espaço”.

Desse modo, torna-se de real valia a reflexão sobre a concepção de bairro, dentro da discussão de produção do espaço. Assim, Serpa (2011) define este fragmento do espaço urbano como um recorte de vivências, um lugar de ação, experiências; de relações vividas e sentidas. Munido de sistemas de relações particulares, que transgridam a ideia de apenas um lugar fruto da soma de objetos ou uma simples localização.

Dentro desse contexto, o Bairro Edilton Fernandes, por sua vez, localizado na cidade de Marcelino Vieira-RN, surge como resultante de um projeto municipal de criação de um conjunto habitacional – uma política pública do setor habitacional. E caracteriza-se, dentro do processo de produção do espaço, como um elemento de desdobramento do urbano.

A produção desse espaço urbano em escala municipal, é regido legalmente por instrumentos técnicos e jurídicos definidos no Plano Diretor, como aponta na Legislação de uso e ocupação do solo, publicado em 18/05/2006, a qual define as diretrizes urbanísticas necessárias e cabíveis para uso e ocupação do solo urbano. Espaço este que passa a ter grande representatividade e começa a se expandir, de forma a haver uma maior valorização e aproveitamento do solo. Principalmente em função da necessidade de construção de casas residenciais, a partir de ações de cunho estratégico e prático, promovendo a alocação do solo por parte de Programas Federais (Minha Casa Minha Vida), e por iniciativa privada, dispondo de loteamentos, que visam, dentre outras medidas, a construção de casas habitacionais, para famílias com renda fixa mensal, de forma a dispor da oferta de habitações a partir de financiamentos.

Segundo o previsto no Estatuto da Cidade, acerca da construção de casas habitacionais (2002, p. 17) “É indispensável, no âmbito das políticas urbanas, a concretização do direito à moradia [...]. Sem habitação, não se melhora a qualidade de vida do povo”.

O crescimento dessa área urbana (o bairro) se deu a partir das primeiras construções, direcionadas as pessoas de baixa renda e sem habitação própria. Caracterizadas socialmente como na linha de pobreza e marginalizadas pela sociedade. Isso no ano de sua criação em 2005. Inicialmente foi construído um total de 40 casas. Número esse, que passou a crescer à medida que novos projetos de mesma representatividade foram sendo criados, tendo hoje um número que chega a 200 (duzentas) casas, com variâncias, salvo as novas construções em andamento e as construídas por financiamentos em andamento.

A atual configuração do bairro como área residencial em expansão, apresenta uma reorganização, do ponto de vista da paisagem urbana visual, se comparada aos padrões iniciais, isso em decorrência principalmente da intensificação de relações movidos pelo processo de produção social capitalista, como coloca Carlos (2011), uma vez que, as construções mais recentes (últimos dois anos) se caracterizam de forma peculiar as demais, no tocante a formato, arquitetura, tamanho e organização de seus elementos concretos. E não apenas como a concretização de casas de “Programas sociais”, em forma de projetos habitacionais.

Essa transformação do espaço se dá também à medida que novas construções e equipamentos urbanos são instalados: prédios públicos, como a sede da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Praça Pública Municipal (ainda sem nome oficial), e início de construção de uma Creche Infantil. Corrêa (2000) coloca que, a partir do momento que uma área ganha representatividade, a população segue o reflexo dos condicionantes sociais, como ocorre no caso dos fenômenos de centralização. Segundo esse fenômeno, determinadas áreas passam a agregar um valor comercial, enquanto que outras naturalmente perdem ou deixam de ganhar tamanho interesse; Corrêa (2000, p. 68) coloca ainda que, “A elite, a partir do momento em que se inicia o processo de centralização, começa progressivamente a abandonar suas residências centralmente localizadas, indo residir na periferia [...]”.

A produção do espaço do Bairro Edilton Fernandes se dá a partir de um conjunto de elementos que vem a fomentar essa espacialização, que, embora recente, ocorre de forma intensa, se comparado aos demais bairros municipais, apresentando uma procura mais acentuada e valorização do solo; expandindo-se espacialmente. Embora não se desenvolva com a mesma intensidade, pois crescimento e desenvolvimento seguem linhas distintas. Isso ocorre principalmente pela falta de planejamento urbano, como aponta Souza (2008), afirma que áreas crescem demais, sem que haja uma devida regulamentação desse processo de expansão, não havendo serviços básicos de saneamento, coleta seletiva, assistência familiar e segurança. É a partir desse fenômeno de crescimento que se dão as relações de organização e produção do espaço, como reflexo de ações políticas e sociais, de acordo com Corrêa (2007, p. 53),

[...] a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, o processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada [...]. A organização espacial é a própria sociedade especializada.

Assim Corrêa (2000) coloca que os processos sociais são os responsáveis pelo modo como se dá essa organização espacial, no entanto ocorre ao mesmo tempo de forma desigual e em constantes transformações em virtude da atuação do sistema capitalista, assim, à medida que os elementos de produção e reprodução do espaço se intensificam, as relações de atuação social nesse meio também se alteram e seguem aos princípios de crescimento como um todo. Ainda de acordo com Corrêa (2007), a organização espacial forma a sociedade concreta, a partir da criação de espaços geográficos para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Santos (2005) coloca que o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.

Ao longo da busca pela fundamentação teórica acerca das formas de produção do espaço urbano no Bairro Edilton Fernandes, se buscou outros autores que abordam a temática, de forma a estudar como se deu o processo de formação e espacialização do bairro, levando-o à configuração espacial que possui hoje, ou seja, um bairro residencial, originário de programas governamentais, mas que apresenta uma crescente valorização do preço da terra, bem como o aquecimento da procura pelo solo urbano.

## 5 O bairro Edilton Fernandes como fenômeno de reprodução do espaço urbano vieirense

O espaço urbano de Marcelino Vieira vem adquirindo uma (re) configuração de expansão urbana nos últimos sete anos. Isso se caracteriza principalmente quando observado a crescente expansão do território intraurbano municipal, a partir da atuação de agentes produtores do espaço, perante ação intensa que acaba por determinar a formação, evolução e caracterização de novas áreas dentro do urbano.

No entanto, Corrêa (2011, p. 43) coloca que essa produção espacial não é resultante tão somente da “mão invisível do mercado”, e sim, surge como “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

A atuação desses agentes sociais de produção de espaço se configura na prática pela “materialização”, conforme Corrêa (2011), ou formação de ambientes construídos, ocasionando o surgimento de áreas com múltiplas funcionalidades. Sobre quais são esses agentes sociais e como atuam, Corrêa (2011, p. 44) coloca que “são eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidade [...]”.

O bairro Edilton Fernandes surge no ano de 2005 como elemento social oriundo principalmente da intervenção do Governo do Estado e da contrapartida municipal, a partir da implantação do Programa Nacional de Habitação Social (PNHS), programa esse que perdurou até o ano de 2006, quando então foi substituído pelo Programa “Minha Casa Minha Vida” (Governo Federal), voltado a atender famílias de baixa renda, de forma a usufruírem o direito de obtenção da casa própria. Assim, Corrêa (2011) define a terra urbana e a própria habitação como objetos que propiciam um interesse generalizado.

A escolha do local a iniciar o processo de formação do bairro, se deu, como colocou em entrevista o então gestor da época, o senhor Francisco Iramar de Oliveira (gestor municipal nos anos de 2001 à 2008), pela disponibilidade do terreno, tendo uma área que representava 47 hectares de terra, onde 9,5 m<sup>2</sup> correspondem ao solo propriamente do bairro. Solo este de propriedade de Iramar de Oliveira, o qual fez doação do respectivo espaço para construção do bairro.

O uso do solo urbano se intensifica de forma a agregar um valor a este espaço de produção e reprodução social, atraindo o interesse de outros agentes de produção do espaço urbano. Essa especulação e interesse pelo solo local se dão historicamente na sociedade e sob a intervenção do capital. Quando este passa a agregar valor ao espaço, como salienta Carlos (2011), de forma que passa a adquirir outro significado; ampliado pelo capital financeiro e assegurado pelo Estado.

Desse modo, os proprietários fundiários atuam diretamente nessa formação do espaço urbano, podendo intervir juntamente com o Estado, visando prioritariamente à obtenção de renda indireta fundiária com o uso de suas terras para fins de produção de caráter comercial e/ou residencial.

Em relação ao bairro Edilton Fernandes, tomando por base a discussão ora proposta, no que se refere à localização, inicialmente, temos um espaço que apresentava uma grande cobertura vegetal. Local onde se concentrava a maior área verde, próxima à cidade. Sendo por décadas caracterizado/utilizado como espaço rural para a prática de plantação, criação de animais, e utilização de uma rede hídrica (açude) na atividade da pesca de subsistência, bem

como para fonte de abastecimento da comunidade mais próxima, quando na falta de abastecimento de água por parte da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN); ou até mesmo área de lazer, servindo para os banhistas.

No decorrer de 07 (sete) anos, com as intervenções municipais na construção de casas populares, observa-se a atuação de agentes que atribuíram um novo valor ao solo urbano do município. Essa área foi se configurando como paisagem tipicamente urbana, a partir de então, de maneira gradativa. No entanto, se apresentava relativamente afastado dos principais equipamentos urbanos e desprovido de acesso a qualquer serviço social básico (água encanada, coleta de lixo) Ferreira (2009).

O bairro Edilton Fernandes teve origem e se desenvolveu espacialmente em solo de propriedade particular, tendo como proprietário imobiliário o então gestor municipal na época de construção das primeiras casas. Estas, ofertadas pelo projeto Federal “Minha Casa Minha Vida” ou construídas inicialmente por iniciativa particular, mediante a aquisição de terrenos por doação do então gestor (Iramar de Oliveira).

Assim, o processo de expansão do bairro se dá de duas formas, ora por parte da oferta das casas do programa de assistência habitacional, desenvolvido pelo Governo Federal, ora por parte dos promotores imobiliários através dos financiamentos gerenciados pela CEF.

### 5.1 Edilton Fernandes, uma análise acerca da produção e reprodução desse espaço

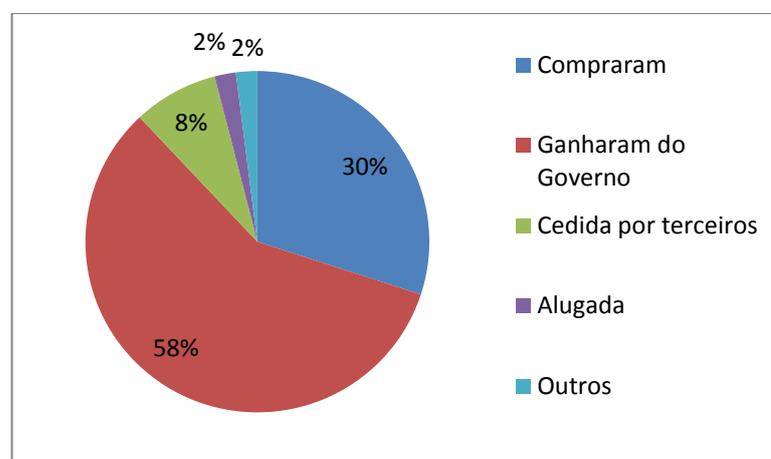
O bairro Edilton Fernandes apresenta um visível crescimento e reprodução do seu espaço, (**Figura 02**) e (**Figura 03**), sendo que grande parte de uma área, que não tinha características urbanas, passa rapidamente (no tocante aos últimos sete anos) a agregar características e funções de bairro residencial.



**Figura 02 e 03:** Visão aérea do bairro no ano de 2000 e de 2001 a 2008.  
Fontes: Iramar de Oliveira, adaptado pela autora.

Esse “povoamento” do bairro se deu, como foi detectado em entrevistas realizadas em 25% das residências locais, a partir da obtenção da moradia por parte do programa Federal “Minha Casa Minha Vida”. A partir de entrevistas realizadas com os moradores acerca de como se deu a obtenção da casa, (**Figura 04**) se constatou que 58% das casas existentes na localidade do Edilton Fernandes são de procedência de benefício desse programa, 30% resultantes da compra por parte do residente, que escolheram a compra nessa área por ser um local que agradava tanto em relação aos preços, oscilantes de 07 a 15 mil reais - e em virtude da tranquilidade de sua localização, pois este se torna distante da área movimentada da cidade, o centro. 8% das residências são cedidas por terceiros (familiares ou amigos), 2%

moram em casas alugadas, com parcelas mensais correspondentes ao valor de 100 reais, e 2% adquiriram a casa no bairro através de outras procedências, a exemplo, através da troca por outro bem (carro, moto, terra).



**Figura 04:** Como foi adquirida a residência no bairro.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora.

A compra na localidade se dá de duas formas, pela obtenção das casas oriundas do programa habitacional do Governo Federal, e mais recentemente pela compra direta a partir do financiamento da casa própria por parte da CEF, sendo esta a segunda responsável em grau de intensidade, pela obtenção das residências locais.

As residências financiadas pela CEF se configuram dentro do bairro como modificadoras da configuração visual (paisagem) que este tinha no sêmen de sua formação; apresentando uma arquitetura marcante na presença de casas de tamanho considerável e de médio valor comercial - valor este dito médio, levando-se em consideração os anos de financiamento (até 35 anos) - a renda per capita municipal que chega a 34.431,691 mil. Principalmente quando se analisa a renda mensal dos residentes, pois, ao realizar entrevistas, se observou que 55% da população vive com menos ou até um salário mínimo. Renda esta por vezes oriunda do programa de assistência familiar do Governo Federal (Programa Bolsa Família), aposentados ou pensionistas do INSS ou da empregabilidade por parte de um ou dois membros da família. Assim, há uma formação visual mista, apresentando desde casas populares, não reformadas e adquiridas junto a algum programa habitacional (**Figura 05**), até as construídas por iniciativa privada, ofertadas pelos financiamentos da CEF (**Figura 06**).

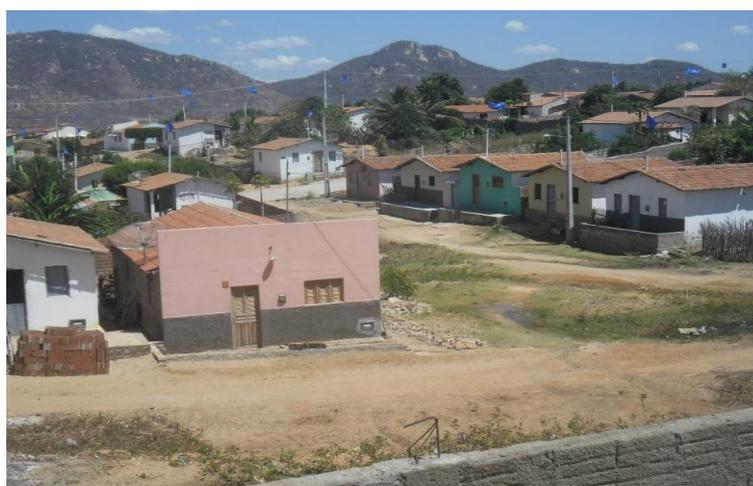


**Figura 05:** Casas ofertadas por programas habitacionais  
**Fonte:** Adriana da Silva Dias, Agosto de 2012



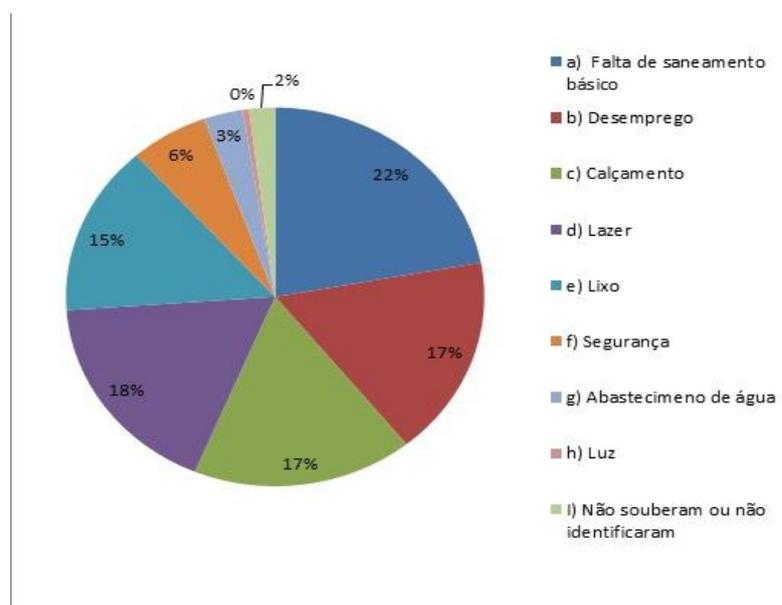
**Figura 06:** Casas financiadas pela CEF  
**Fonte:** Adriana da Silva Dias, Agosto de 2012

Uma questão pertinente quanto à configuração da área, corresponde ao fato de que, mesmo em estado contínuo de expansão em decorrência da atuação dos agentes produtores do espaço (promotores imobiliários, proprietários latifundiários, e essencialmente o Estado), é visível que, em muitas ruas, não há uma oferta de condições básicas de infraestrutura, saneamento básico, e visíveis problemas quanto: à falta de calçamento em um grande número de ruas (**Figura 07**), principalmente as mais antigas, construídas no ano de 2005, falta de planejamento e manejo dos resíduos (lixo) produzidos pela população local, acarretando problemáticas quanto ao depósito desse material em áreas impróprias e dentro do espaço urbano, ocasionando problemas à população como, a fedentina e proliferação de mosquitos.



**Figura 07:** Ruas sem pavimentação e esgotos a céu aberto  
**Fonte:** Adriana da Silva Dias, Agosto de 2012

Essa problemática é visível e identificada pelos próprios moradores, de forma que ao serem questionados quanto a ausência ou má qualidade dos serviços públicos existentes no bairro (**Figura 08**), se contatou que os principais déficits correspondem: a falta de serviços básicos de saneamento 22%; a carência de alguma área de lazer para a população local corresponde a 18%. Isso, mesmo levando-se em consideração a presença da Praça Pública Municipal, que por vezes serve de centro para a prática esportiva dos jovens da cidade. A falta de emprego e oportunidades de ocupação profissional dentro do bairro equivale a 17%, assim como a falta de pavimentação, também correspondente a mesma porcentagem. 15% das críticas são em relação ao mau gerenciamento do lixo e formação de lixões irregulares pelos moradores, dentro do próprio bairro. A deficiência com relação à segurança corresponde a 6% das porcentagens, 3% com relação a abastecimento de água, e 2% da população não soube e não identifica nenhuma problemática na localidade.



**Figura 08:** Problemas notificados pelos moradores do bairro  
**Fonte:** Adriana da Silva Dias, Agosto de 2012

Uma questão pertinente e que configura o processo de expansão do Edilton Fernandes está atrelado ao fato de que a localidade é atrativa como bairro residencial, característico pela agradabilidade (localização/tranquilidade), e por apresentar uma distância considerável do centro urbano, torna-se, portanto, um local calmo e sem movimentações (pouco trânsito, circulação de pessoas). Ao serem questionados quanto à estadia ou possível mudança de localidade, 95% da população declarou residir no bairro porque gosta da localidade. Mesmo tendo ganhado a casa de um programa Federal, não gostariam de mudar-se. Apenas 5% gostariam de mudar, mas, também não seria para outra área dentro do referido município, e sim para outras cidades em que mora algum familiar.

Assim, este interesse pelo bairro acaba atraindo um número considerável de pessoas a buscarem a fixação nessa área da cidade. O que acaba por impulsionar a atuação dos agentes produtores do espaço, ressaltando a atuação do Estado, que contribui de forma intensiva para a sua expansão. Principalmente por apresentar um amplo território que pode expandir a rede urbana municipal. Assim, todos os novos projetos de implementação e assistência familiar, no tocante a oferta da casa própria, se dão dentro do bairro (na mesma localidade).

Assim, com base nas pesquisas realizadas e no visível crescimento a que vem sofrendo o Bairro Edilton Fernandes, é pertinente caracterizá-lo como um elemento de expansão da rede urbana do município de Marcelino Vieira, de forma a produzir novas áreas, a partir da atuação dos agentes produtores do espaço urbano.

## 6 Considerações finais

Trabalhar o processo de formação e expansão da cidade é uma temática muito abrangente, uma vez que muitos serão os elementos condicionantes desse processo. Elementos estes tanto funcionais quanto estruturais, representados pelos agentes sociais e os agentes produtores do espaço urbano (promotores imobiliários, proprietários latifundiários e o Estado). Dessa forma, o estudo acerca da formação e, principalmente, da expansão do Bairro Edilton Fernandes em Marcelino Vieira, deixa evidenciado que a área urbana do município cresce consideravelmente em relação aos extremos da localização do Bairro.

Ao longo da produção desse trabalho é pertinente a afirmação de que esse processo de crescimento do bairro se dá principalmente em função da atuação do Estado e dos promotores

imobiliários. A partir da oferta de residências a financiamentos de longo prazo (35 anos), bem como pela distribuição de casas populacionais pelo Governo Federal, através do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Ainda é notório que há uma carência de oferta de serviços básicos como saneamento básico, rede de pavimentação, dentre outros serviços indispensáveis, no entanto, o bairro se configura pela atratividade no tocante a bairro residencial, impulsionando uma crescente procura pela fixação nessa área do espaço urbano vieirense.

## 7 Referências

ARRUDA, I.. **Estatuto da cidade**: uma conquista histórica. 2ª. Ed. Brasília, 2002.

BRASIL. J. R. P.. **Segregação residencial na cidade de Itaú-RN**: o Caso do Bairro da Felicidade, 2010.

**Caixa-Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em:

[http://www1.caixa.gov.br/popup/Home/popup\\_home\\_9.asp](http://www1.caixa.gov.br/popup/Home/popup_home_9.asp). Acesso em: 20 fev. de 2012, 18:30: 46

Caixa Econômica Federal. **Habitação Popular**. Disponível em:

[http://www.caixa.gov.br/habitacao/operacoes\\_coletivas/index.asp](http://www.caixa.gov.br/habitacao/operacoes_coletivas/index.asp). Acesso em: 12 de agosto de 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53 a 53.

CORREA, R. L.. **Região e organização espacial**. -8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4ªed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

FERREIRA, A. R.. **Programas de combate ao déficit habitacional brasileiro**. Rio Grande do Sul. 2009.

GOMES, P. C. da C.. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE, **Cidades@**.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240730>. Acesso em 21 de Agosto de 2012.

NETO, A. S.. **História dos municípios**-Volume III.2007.

SANTOS, M.. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SERPA, Angelo.. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97 a 108.

SOUZA, M. L. de.. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B.. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123 a 145

WIKIPÉDIA. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelino\\_Vieira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelino_Vieira). Acesso em: 20 de agosto de 2012.